

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E IMPLICAÇÕES URBANAS: PERCEPÇÃO DO ESPAÇO FLUMINENSE

Bruno Borges Mamede¹

Resumo: Este artigo pretende apresentar alguns aspectos do sistema socioeconômico capitalista, da análise de artigos e comparação frente ao devido referencial teórico, e suas repercussões no espaço territorial do estado do Rio de Janeiro (RJ). A intenção é demonstrar como este processo é determinante na forma urbana das cidades. Ao indicar parâmetros e locais exclusivos para determinados segmentos da sociedade transformando uma cidade primariamente homogênea em zonas segregadas, observa-se este fenômeno.

Palavras-chave: Geografia Econômica. Cidades em rede. Sistema capitalista.

1- INTRODUÇÃO: URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO

O objetivo deste artigo está na contextualização espacial do capitalismo no território do estado do Rio de Janeiro (RJ) e como suas propriedades e orientações são fundamentais na construção e forma das cidades desta unidade federada. Como não é a pretensão mencionar o ocorrido em todas as cidades fluminense, opta-se desde já em focar esta análise nas cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ) e a principais (ou mais populosas) cidades do interior do estado.

¹ PEU/POLI/UFRJ / lucas.moreno@poli.ufrj.br

A metodologia aqui utilizada será a comparação entre artigos publicados sobre o desenvolvimento do capitalismo urbano com referenciais teórico-bibliográficos para poder delimitar o escopo de atuação, forma e limite pelo qual o sistema capitalista é capaz, em certa medida, de criar espaços segregados e distintos em locais que, primariamente, deveriam confortar uma zona urbana homogênea. Justifica-se assim este tipo de estudo pois, a partir dele é possível compreender como as cidades fluminenses, moldadas por tantos processos distintos, possuem sua distribuição espacial de pessoas, recursos e atividades de acordo com as necessidades capitalistas, locais e regionais.

De acordo com Mankiw (2000), as economias de livre mercado e regulamentadas por um estado central são capazes de gerar riquezas e recursos que deverão ser distribuídos homogeneamente pela população no estaco nacional. Apesar de esta teoria ser uma proposição bastante verdadeira, Santos (2007) questiona esta posição de livre mercado autorregulador no contexto urbano ao mencionar que toda esta riqueza gerada não é capaz de promover igualdade na distribuição de recursos e, muito em contrário, a concentração de recursos em alguns poucos agentes é a principal contradição de todo o sistema. Enquanto uma pequena elite controla os muitos recursos produzidos pela sociedade, são capazes de disseminar suas vontades no espaço ao construir espaços distintos, marcados e separados para si mesmos e as classes menos abastadas.

Muitas vezes, percebe-se que os espaços segregados por esta elite possuem aplicados os maiores volumes de recursos do poder local e, no caso de grandes centros urbanos, regionais e nacionais. Além disto, Santos é complementado por Harvey (1982) ao descrever que em muitos casos (a grande maioria) as elites detentoras de recursos são capazes de infiltrar seus pares dentro do estado para garantir seus privilégios e, desta maneira, são capazes formular estratégias para aliar a potencialização de seus ganhos com investimentos públicos. Desta maneira, ao passo que seus lucros são maiores, mas dividido entre poucos entes privados, quando ocorrem crises, a perda é generalizada para toda a sociedade.

Kindleberger (2000) afirma que em momentos de crise, o estado nacional é o responsável pelo controle da situação, manutenção da ordem pública e por apontar

diretrizes capazes de reverter a situação. Neste momento da economia no qual Mankiw (2000) afirma que a autorregulação de mercado não é capaz de superar a situação caótica estabelecida, necessita-se sim de um poder central para reestabelecer todos os setores da vida social.

Assim, muitas vezes percebe-se que o arranjo de uma determinada (ou conjunto de) cidade(s) ocorre por conta de uma vantagem competitiva ou oportunidade de arranjo produtivo capaz de capitalizar setores e expandir a economia local. Assim, segundo a afirmação pura de Mankiw (2000), com o crescimento econômico, o aumento de recursos e renda local deveria ser igualmente distribuídos. Contudo, o que realmente ocorre são fatos cada vez mais próximos a afirmação de Santos (2007), onde os vultuosos novos recursos estão concentrados em poucos agentes privados capazes de influenciar o serviço público em seu favor. Assim, ao pagar salários menores do que a real capacidade disponível de recursos (apropriando-se assim de sua mais-valia) e determinar a forma como os investimentos serão direcionados, estes agentes superpõem-se ao Estado e determinam assim a localização de indústrias, comércios e habitações conforme seus interesses sem que estes, necessariamente, obedeçam a critérios ou padrões racionais e ambientalmente corretos.

Harvey (1996) e Haesbaert (2001) afirmam que todo este processo não é uma exclusividade de alguns locais, mas sim a sua adaptação a um contexto de internacionalização e globalização nos quais os estados e municípios (ou unidades de um país) inserem-se em uma lógica de produção de acordo com o arranjo dos países no contexto internacional. Ou seja, enquanto é possível observar países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, também é possível analisar estes estágios de desenvolvimento urbano e econômico nas diferentes unidades federadas. Enquanto há estados como São Paulo (SP) na vanguarda econômica, Mato Grosso do Sul (MT) em estágio de crescimento e expansão da base produtiva-econômica, Piauí (PI) ainda tido como pouco desenvolvido, também é possível perceber esta hierarquização nas cidades, seja em contexto nacional, regional e/ou estadual. Com isto, neste estudo será abordada esta hierarquização dentro do território do estado do Rio de Janeiro (RJ).

2- CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO FLUMINENSE

A partir desta apresentação histórica de afirmações, pode-se aferir que as cidades são espacialmente organizadas por diversos processos (conforme mencionado), sendo o capitalismo um dos principais determinantes. Paralelamente, a bases produtivas local e regional atuam como determinantes na localização de empreendimentos e direcionamento de recursos financeiros e obras de infraestrutura urbana nas cidades.

O arranjo produtivo local demanda certas necessidades do espaço urbano para que a base produtiva local possa ser mantida e expandida. Marafon & Ribeiro (2003) mencionam que, no tocante ao estado do Rio de Janeiro, há uma clara divisão da base produtiva entre a metrópole e o interior do estado. Enquanto a primeira região permanece como polo produtor de produtos e serviços diversificados, o restante do interior concentra atividades agroindustriais diversas, contudo espalhadas pelas diversas regiões. Como alguns exemplos, a capital Rio de Janeiro concentrando as sedes de diversas empresas estaduais e nacionais, cidades como Duque de Caxias, Itaguaí, Nova Iguaçu e São Gonçalo como importantes polos industriais naval, químico e petroquímico na periferia metropolitana. No interior fluminense, cidades como Nova Friburgo e Petrópolis concentram uma forte produção têxtil; Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda possuem expressiva produção metal-mecânica e os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé são responsáveis por gigantescos percentuais de extração e transporte de produtos petrolíferos primários.

A partir desta exposição, pode-se aferir que estes municípios necessitam de determinado preparo o estabelecimento inicial e manutenção da base produtiva local. Novamente, Marafon & Ribeiro (2003) citam o exemplo de Macaé que, após a descoberta de petróleo sob sua plataforma continental nos anos 1970, recebeu uma subsede da Petrobrás (hoje no bairro de Imbetiba), demandou a adaptação de seu porto para o embarque e desembarque de produtos e passageiros para as bases em alto-mar, tal como áreas para estocagem deste tipo de material (hoje no bairro conhecido como

Parque dos Tubos). O município, principalmente a área urbana do primeiro distrito, cresceu e expandiu-se transformando assim a tímida cidade em um centro regional. Aliado a chegada de uma grande empresa (neste caso a Petrobras), também vieram outras nacionais e estrangeiras para prestar suporte operacional e produtivo, instalando-se também no município, bem como instituições de ensino de capacitação, percebido nas sedes locais do Instituto Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFF e UFRJ respectivamente).

Ainda focando-se no exemplo do município de Macaé, Marafon & Ribeiro (2003) mencionam que a cidade de Macaé vem confortando-se com a atividade petrolífera ao longo das últimas décadas. Ou seja, a oferta de produtos e serviços, bem como a mão de obra disponível esta em grande parte voltada para atender aos anseios desta atividade. Contudo, observa-se que a cidade apresenta padrões de segregações inerentes a outras encontradas no estado, sendo que os bairros litorâneos próximos ao Centro estão sendo paulatinamente ocupados pelos setores de maior renda, acompanhada por investimentos da Prefeitura em urbanização e oferta de serviços correlatos, tais como rede de energia elétrica, pavimentação de vias e abastecimento de água potável. Entretanto, a população de menor poder aquisitivo é expulsa para áreas mais distantes do Centro e localizadas em terrenos menos apropriados para construções, como charques e encostas, por exemplo.

Em cidades das regiões Serrana e Sul Fluminense, este fenômeno também ocorre de forma ainda mais pronunciada. Ao citar os municípios Petrópolis e Angra dos Reis, respectivamente, observa-se que enquanto a população de alta renda está concentrada em áreas entre os baixos terraços fluviais e as escarpas acentuadas das montanhas, a população de baixa renda ocupa estes espaços (anteriormente) rejeitados, sendo a principal atingida em época de chuvas e grandes desastres (associados). Novamente, os investimentos públicos estão direcionados para as áreas de população com alta renda pois, justificam-se pela demanda por produtos e serviços estarem ali presentes, tal como os locais de oferta para os mesmos aliada ao grande número de pessoas em circulação por estas áreas.

Assim, é possível observar que este padrão reproduz-se de forma intensa e excludente conforme os interesses da elite local. De maneira consciente ou não, estas perpetuam padrões de concentração de recursos e serviços de infraestrutura urbana em poucas áreas, excluindo grande parte da população destes espaços de convívio. Em tese, a área de um município é diferenciada apenas pelos seus atributos naturais, como montanhas, rios, a proximidade do litoral e outros fatores. Contudo, no contexto da apropriação capitalista, estes fatores segundo Harvey (1982 e 1996) e Santos (2007), transformam-se em elementos de apropriação de poucos e exclusão de muitos no contexto de formação e expansão espacial da área urbana de um município, criando bairros com maior ou menor inserção na realidade local, por motivos e funções distintas.

3- PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CIDADES CAPITALISTAS

Dentro deste contexto, não é possível deixar de mencionar que o Estado Brasileiro tem buscado cada vez mais assumir funções de planejamento e gestão urbana, seja por repasse de recursos financeiros, cooperação técnica, mas principalmente, pela formação de bases jurídico-legislativas. Este último item tem sido o principal responsável pela normatização e delimitação de parâmetros e limites para a execução de políticas, intervenções e projetos no tocante aos recursos necessários para o funcionamento das cidades. Algumas destas normatizações são: a obrigatoriedade de planos diretores municipais (em determinados casos apenas), leis de uso e ocupação do solo em vista à proteção do meio ambiente, gestão de recursos hídricos, dentre outras.

Contudo, a normatização legal nem sempre atende aos anseios das elites capitalistas locais. Em alguns casos, percebe-se que, até mesmo o poder público local possui interesses contraditórios aqueles determinados por leis já aprovadas e em vigor. De acordo com dados de PCRJ (2013), grande parte das habitações destinadas a famílias com renda mensal até 03 salários mínimos está sendo construídas no bairro de Santa Cruz, no extremo oeste da cidade. Justamente esta é uma das áreas que mais carece de investimentos municipais e, ainda, acrescenta-se o fato de que é o bairro mais distante da

região central da cidade. Ou seja, além do custo de transferência destas famílias para áreas mais distantes da cidade, também faz-se necessária a instalação de infraestrutura urbana pois a mesma quando presente é insuficiente para atender os residentes atuais e, menos ainda, aos novos que estão chegando ao bairro.

Contudo, isto contraria o disposto no Plano Diretor Municipal, aprovado pela Câmara Municipal em 2012 (este já é a primeira revisão daquele aprovado em 1992), que determina que a ocupação de famílias de baixa renda, em especial aquelas em frágil situação socioeconômica ou residentes em áreas de iminente risco ambiental deve ser removida para locais próximos de sua residência atual. Sendo assim, por exemplo, famílias removidas de áreas de risco no Morro do Alemão, no bairro da Penha deveriam permanecer na região. Entretanto, observa-se que o destino final destas é o bairro supramencionado de Santa Cruz. A justificativa do poder público é a ampla oferta de terrenos a preços viáveis para a construção de grandes empreendimentos habitacionais.

Observa-se assim que, aquela parcela da população expulsa das áreas centrais para a periferia, por conta de sua insuficiência de recursos, agora é novamente expulsa para áreas cada mais distantes. Apesar de não ser o propósito deste estudo a formulação e mensuração do fenômeno, pode-se perceber que, conforme mencionado por Corrêa (2006) e corroborado por Santos (2007), as cidades não possuem um esquema clássico de áreas centrais e periferia unificada, mas sim um Centro histórico (e muitas vezes polo central de comércio e serviços), bairros de classe média ao seu entorno imediato e, posterior a isto, anéis periféricos, a partir do primeiro até o último observa-se (em média) a queda gradativa do poder aquisitivo das famílias residentes. Certamente que são vistas exceções a esta formulação, mas conforme mencionado pelos autores, a grande média da distribuição espacial da população e renda nas grandes cidades brasileiras segue este tipo de padrão.

Também acrescenta-se o fato de que, no tocante aos planos diretores, eles são normativas de um município apenas e, quando este encontra-se dentre de uma região metropolitana ou aglomerado urbano, recebendo assim, populações e demandas não apenas suas, mas também de outros municípios, este ordenamento possui eficácia muito

reduzida. Não há sentido em ordenar determinados locais de uma cidade para uso racional do solo por uma quantidade de residentes ali presentes quando, por exemplo, aquele espaço também é objeto de uso frequente por populações de municípios vizinhos.

Retornando ao exemplo do município do Rio de Janeiro, alguns dos bairros localizados nos limites da cidade tornam-se polos (de maior ou menor intensidade) comercial e/ou industrial por conta de sua localização. Observa-se isto na Zona Norte da cidade em bairros como Penha e Pavuna, tradicionais centros industriais, e na Zona Oeste, em Bangu e Campo Grande, também áreas inicialmente industriais. Atualmente, aliada as poucas indústrias presentes, também há forte presença da atividade comercial para atender não apenas os residentes locais, mas também outros oriundos de municípios metropolitanos como Duque de Caxias, São João de Meriti, Seropédica e Itaguaí, por exemplo.

Além disto, conforme apontado por SECOVIRIO (2013), alguns locais da cidade possuem mais recursos aplicados e, desta maneira, apresentam maior autonomia em relação ao poder municipal. Ao citar a Barra da Tijuca, situada na capital fluminense, como nova zona de expansão da cidade, sobretudo para famílias de classe média, o artigo descreve diversos serviços e entidades presentes no local, a exemplo da Associação Comercial da Barra da Tijuca, como se esta estivesse alheia a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Percebe-se que, mesmo dentro de entidades capitalistas, ocorre a secção de interesses sobre o uso e ocupação dos espaços, com novas disputas por poder e recursos para aplicação, aprofundando desigualdades existentes.

4- CONCLUSÃO

Ao retomar o discurso de Figueiredo & Lamounier (1996) e Oliveira (2002) sobre as análises de Fernandes (1997) acerca de estratégias do poder público para o gerenciamento das cidades, nota-se uma protuberante dicotomia entre o discurso racional-estruturador em prol do melhor uso do espaço urbano de maneira justa e igualitária por todos frente ao conflito de interesses inerentes a uma sociedade capitalista.

Neste tipo de sistema, presume-se que há uma disputa da sociedade por recursos e, teoricamente, o Estado deveria ser o ente intermediador destes e equiparador das desigualdades e capaz de distribuir da melhor maneira os recursos presentes.

Fedozzi (2007) menciona que uma das formas de participação igualitária da população está pautada no exemplo porto alegreense do Orçamento Participativo (OP), onde os projetos e destinação de recursos são discutidos localmente (no contexto das regiões de bairros) para posterior votação sobre sua melhor aplicabilidade. Contudo, o mesmo autor ressalta que este é apenas o início de um processo que, necessariamente, passa por uma ampliação pois apenas uma parcela mínima dos recursos locais é repassada para tais fins, ainda prevalecem projetos do Poder Executivo para a organização da cidade e, ao considerar que os recursos são distribuídos para uma sociedade desigual por critérios autorreguláveis, novamente percebe-se a disputa por estes e a formação de grupos que buscam poder para controlá-los.

Assim, o que é percebido ao longo desta rápida análise uma latente e constante afirmação de que os mecanismos de autorregulação próprios de um mercado capitalista não são suficientes para distribuir justamente recursos para populações que possuem maior ou menor poder de participação decisória local. Kotler e Amrstrong (2000) em conjunto a Mankiw (2000) afirmam que quando os instrumentos de mercado são insuficientes para manter o equilíbrio harmônico da sociedade é necessário que haja um Estado regulador e presente capaz de determinar ou mesmo direcionar formas de distribuição dos recursos disponíveis.

Independente de como a distribuição deve ser realizada, todos os teóricos citados concordam que esta deve ocorrer ao longo do tempo na formação de uma sociedade mais justa. Entretanto, o que é percebido nos artigos consultados e citados é que cada vez mais grupos sociais (sobretudo as elites locais e regionais) buscam nas falhas legais e cooptação do poder frente a seus interesses, formas de perpetuação da condição existente em função de um discurso capitalista de aumento dos ganhos econômicos.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FEDOZZI, Luciano. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Análise Histórica e Dados: Perfil Social e Associativo, Avaliação e Expectativas**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FERNANDES, Antônio Sérgio. **O Empresarialismo dos Governos Locais na Gestão Urbana: Breves Reflexões sobre a Origem, a Evolução e o Contexto Deste Conceito no Brasil**. Rio de Janeiro: in Revista RAP (Número 06/97), 1997.

FIGUEIREDO, Rubens & LAMOUNIER, Bolivar. **As Cidades que Dão Certo: Experiências Inovadoras na Administração Pública Brasileira**. Brasília: MH Comunicação, 1996.

HARVEY, David. **Do Gerenciamento ao Empresariamento Urbano: a Transformação da Administração Urbana ao Capitalismo Tardio**. São Paulo: in Revista Espaço e Debate (Número 39), 1996.

_____. **O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em Torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas**. São Paulo: in Revista Espaço e Debate (Número 06), 1982.

HAESBAERT, Rogério (Organizador). **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: EdUFF (1ª Reimpressão), 2001.

KINDLEBERGER, Charles. **Manias, Pânico e Crashes: Um Histórico das Crises Financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KOTLER, Philip & ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro: Pearson, 2000.

LAGO, Luciana. **A Periferia Metropolitana como Lugar do Trabalho: da Cidade-Dormitório à Cidade Plena**. Rio de Janeiro: in Cadernos IPPUR (Número 21/02), 2007.

MANKIW, Gregory. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARAFON, Glaucio José & RIBEIRO, Marta (Organizadores). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARAFON, Glaucio José & RIBEIRO, Miguel Angelo. **Revisitando o Território Fluminense**. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003.



OJIMA, Ricardo (Organizador). **O Estigma de Morar Longe da Cidade: Repensando o Consenso sobre as Cidades-Dormitório no Brasil.** São Paulo: in Cadernos Metropolitanos (Numero 12/24), 2010.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ): www.rio.rj.gov.br. Acesso em 25:05/2013;.

OLIVEIRA, Gilson. **Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento.** Curitiba: in Revista RAE (Número 05/02), 2002.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial.** São Paulo: EdUSP (2ª edição), 2007.

SECOVIRIO. **Barra da Tijuca, a Miami Carioca.** Rio de Janeiro: in Revista SECOVIRIO (Número 80), 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.